

Diabo	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	370 cm <sup>2</sup>
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	25000	Página (s):	8

02-10-2007

## Eurodeputado Carlos Coelho alerta: «Abertura de Schengen não pode ser concurso de simpatia»

*Dez «novos» Estados preparam-se para abrir as suas fronteiras terrestres e marítimas depois de avaliados cerca de 21 requisitos. O eurodeputado social-democrata deixa vários avisos à presidência portuguesa da União Europeia e chama a atenção para o perigo de «facilitismos e falta de rigor» na abertura de Schengen*

ISABEL GUERREIRO

O alargamento do espaço Schengen aos «novos» Estados-membros deverá concretizar-se ainda antes do final do ano, com a supressão das fronteiras terrestres e marítimas. A presidência portuguesa da União Europeia e o executivo comunitário estão a trabalhar com os Estados-membros no sentido de que seja possível proceder ao levantamento das fronteiras com Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta, Polónia e República Checa, por altura do Natal. Tudo indica que «os 27» deverão fixar oficialmente as datas para a supressão das fronteiras internas terrestres e marítimas (em Dezembro) e aéreas (Março de 2008) durante a próxima

reunião comunitária de Justiça e Assuntos Internos que se realiza a 8 e 9 de Novembro.

### Duas dezenas de critérios em avaliação

O eurodeputado do PSD Carlos Coelho já alertou o Ministro da Administração Interna (MAI) português para o perigo de «falta de rigor e facilitismo» que poderá estar a haver no alargamento do espaço Schengen aos 10 novos Estados-Membros.

«A abertura do espaço Schengen significa que não temos controlos na fronteiras internas da UE, portanto, temos de confiar nos controlos que são feitos nas fronteiras externas desses países. Por exemplo, quem entra em Portugal também está a

entrar em Espanha ou em França, e se o controlo desses mesmos países não for eficiente estamos a permitir que indesejáveis entrem no espaço comunitário», explica.

Carlos Coelho sublinha que existe um problema de confiança recíproca e a abertura de fronteiras só se pode fazer quando estiverem reunidas todas as condições, ou seja, «quando tivermos a certeza de que a abertura das fronteiras internas não compromete a segurança no espaço Schengen».

O eurodeputado considera da máxima importância que os 21 factores

da avaliação Schengen — requisitos feitos por técnicos da UE — sejam cumpridos. Estas avaliações estão a decorrer mas «nós só podemos dizer se estamos ou não em condições de abrir as fronteiras quando conhecermos os resultados».

Entre os critérios avaliados inclui-se, por exemplo, a capacidade desse país ter polícias treinadas no controlo das fronteiras, ou a existência de um parque informático que garanta a ligação desse Estado aos sistema de informação de Shengen, «e que não permita "buracos" nas fronteiras europeias».

Carlos Coelho refere ainda que cada país é um caso e «não podemos

olhar para os dez Estados numa lógica de conjunto».

«Temos que saber quais os países que estão em condições de libertarem as suas fronteiras internas sem prejuízo para a segurança do espaço comunitário»

«Se houver alguns que não tenham os requisitos preenchidos, eles não podem entrar no espaço Schengen, enquanto não cumprirem todas as condições», acrescenta.

Sobre a avaliação dos referidos critérios, diz mesmo que esta não deve ser «um concurso de simpatia» entre os membros dos Governos ou «uma situação de favor» mas sim «um concurso de eficácia para concluir quais são os países que tomaram as decisões exigidas e estão devidamente



<b>Diabo</b>	Periodicidade:	<b>Semanal</b>	Temática:	<b>Política</b>
	Classe:	<b>Informação Geral</b>	Dimensão:	<b>370 cm<sup>2</sup></b>
	Âmbito:	<b>Nacional</b>	Imagem:	<b>S/PB</b>
	Tiragem:	<b>25000</b>	Página (s):	<b>8</b>

02-10-2007

*preparados».*

## «SIS II» está atrasado

Recorde-se que a extensão da área Schengen é uma das grandes prioridades defendidas pela presidência portuguesa da UE, que ainda antes de

assumir as funções na liderança rotativa do bloco dos 27 apresentou uma solução informática para viabilizar o alargamento aos «novos» Estados-membros. De outra forma teriam

de esperar pela conclusão do futuro Sistema de Informações Schengen da

segunda geração («SIS II»), que ainda está muito atrasado.

O «SISone4all» é uma solução transitória desenvolvida pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e pela empresa portuguesa Critical Software e consiste em adaptar o actual Sistema de Informações Schengen

(SIS), a base de dados que liga os países deste espaço, dando-lhe capacidade para incluir, até à conclusão do SIS II, os «novos» Estados-membros da UE.



**«Temos que saber quais os países que estão em condições de libertarem as suas fronteiras internas sem prejuízo para a segurança do espaço comunitário», insiste o eurodeputado Carlos Coelho**